



## **LEI N.º 4.886 – de 24 de janeiro de 2018.**

**Dispõe sobre contratações, por tempo determinado, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público do município de Uruguaiana, vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.**

### **O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:**

**Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 96, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica o Município autorizado a firmar, nos termos do inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, em caráter temporário, por prazo determinado, de 3 (três) Assistentes Sociais e 6 (seis) Cadastradores, para atender necessidade de excepcional interesse público, relativamente à qualificação do Cadastro Único do Programa Bolsa Família, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

**Art. 2º** As contratações referidas no artigo anterior destinam-se, respectivamente, à realização de visitas domiciliares e elaboração de pareceres de acordo com o previsto na Portaria GM/MDS n.º 177/2011 e às ações de inserção das famílias no Cadastro Único, de Programas Sociais do Governo Federal, bem como de atualização, revisão e auditorias do citado cadastro.

**Art. 3º** As contratações previstas nesta Lei efetuar-se-ão através de processo seletivo simplificado, considerando-se:

I – período de inscrições de 15 (quinze) dias, mediante a apresentação dos documentos constantes do Edital próprio de Seleção;

II – critério de seleção pela pontuação de títulos, experiência profissional e critérios de desempate, por maior idade nos termos do parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal n.º 10.741/2003 e o que determina o artigo 440, do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3/10/1941 – Código de Processo Penal (com redação dada pela Lei Federal n.º 11.689/2008), mediante Certidão expedida pelo órgão oficial.

Parágrafo único. O edital de Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento das vagas de que trata esta Lei, com a especificação das exigências de ambas as funções, deverá ser publicado, no mínimo, no órgão de imprensa contratado pelo Município e disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

**Art. 4º** Para fins de viabilização da seleção e classificação dos candidatos o Município poderá constituir comissão ou recorrer à contratação de entidades ou instituições com reconhecida experiência no assunto.

Parágrafo único. A Comissão, a ser nomeada por ato do Prefeito Municipal, será composta com a seguinte representatividade:

I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação; e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



II – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 5º** As condições e as exigências para a contratação, bem como as atribuições e competências para os cargos, constarão no Edital do Processo Seletivo.

Parágrafo único. A efetivação da contratação dar-se-á mediante ato administrativo expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 6º** As contratações de que trata esta Lei se dará por regime jurídico-administrativo, de acordo com as regras aqui estabelecidas, pelo prazo de até 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por igual período.

Parágrafo único. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado;

III – por descumprimento das atribuições, inassiduidade ou ineficiência.

**Art. 7º** O demonstrativo de escolaridade, requisitos à contratação, carga horária semanal e os salários referentes a estas contratações são os fixados no Anexo I, desta Lei.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de recursos de repasses do Governo Federal – IGDBF – Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa Família, vínculo 1063.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 24 de janeiro de 2018.**

***Ronnie Peterson Colpo Mello,***  
Prefeito Municipal.

**Ricardo Peixoto San Pedro,**  
Secretário Municipal de Administração.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**ANEXO I**

**DEMONSTRATIVO DA ESCOLARIDADE, DOS REQUISITOS À CONTRATAÇÃO,  
DA CARGA HORÁRIA SEMANAL, DOS SALÁRIOS E DAS VAGAS.**

<b>Função</b>	<b>Escolaridade e requisitos à contratação</b>	<b>Carga horária semanal</b>	<b>Salário R\$</b>	<b>Vagas</b>
Assistente Social	Ensino Superior completo em Serviço Social, com registro no respectivo órgão de classe.	30 horas	1.942,25	3
Cadastradores	Ensino Médio completo (2º Grau) e habilitação na área de informática.	40 horas	926,66*	6

\* Acrescido da complementação determinada pela Medida Provisória n.º 672/2015.